

Despesas sobem mais que receitas, diz Levy

Ribamar Oliveira
De Brasília

Ao divulgar ontem que o superávit primário do governo central no primeiro semestre deste ano superou em R\$ 4,9 bilhões o obtido no mesmo período de 2003, a Secretaria do Tesouro Nacional alertou para o crescimento das despesas este ano. "Apesar disso (do maior superávit), devido às vinculações do orçamento público federal e à maior alocação de recursos em áreas prioritárias — e uma dinâmica bastante positiva nos investimentos — as despesas têm crescido proporcionalmente mais do que as receitas", diz a nota do Tesouro.

Segundo o documento, a receita

líquida do governo cresceu R\$ 26,8 bilhões, ou 18,9%, no primeiro semestre deste ano, em relação a igual período do ano passado, atingindo R\$ 168,4 bilhões. De janeiro a junho deste ano, as despesas cresceram R\$ 21,9 bilhões ou 19,5%, em relação a igual período de 2003, totalizando R\$ 134,3 bilhões.

O secretário do Tesouro, Joaquim Levy, que comentou a nota técnica, chegou a apresentar uma projeção com gráficos para mostrar que o crescimento da carga tributária está relacionado com o aumento das despesas. Enquanto o superávit primário do governo central (Tesouro Nacional, Banco Central e Previdência Social) cresce de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 1997 para 2,59% do PIB

em 2003, os dados apresentados por Levy mostram que as despesas obrigatórias crescem de 11,2% do PIB para 14,3% do PIB no mesmo período.

No caso dos benefícios da Previdência Social, o crescimento foi grande: passou de menos de 5,5% do PIB em 1997 para mais de 7,0% do PIB em 2003. Levy afirmou que o crescimento da carga tributária nos últimos anos foi pressionado pela alta das despesas. "Se não houver estabilidade das despesas não será possível evitar aumento da carga tributária", afirmou.

Depois de mostrar que a carga subiu muito no governo anterior, Levy disse que o atual governo quer evitar que isso ocorra novamente porque considera indispen-

sável frear esse movimento para que o país volte a crescer. "Menor crescimento da carga significa mais crescimento do produto. Por isso, é preciso começar a olhar para as despesas. Se não atuarmos pelo lado das despesas, não será possível reduzir a carga", acrescentou.

A nota técnica com o resultado do Tesouro Nacional em junho diz que as despesas com benefícios sociais "continuam apresentando crescimento em relação a 2003". O Tesouro identificou de onde vem as principais pressões: as despesas com a LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social) aumentaram 49,5% em junho deste ano em relação ao mesmo mês de 2003; os gastos com o abono e o seguro desemprego cresceram 22,5%; com os subsí-

dios a agricultores familiares (Pro-naf), 64,6%; e com habitação (PSH), o aumento foi de 63,1%.

Em junho, o governo central registrou superávit primário de R\$ 5,53 bilhões. A contribuição do Tesouro Nacional foi um superávit de R\$ 7,1 bilhões, enquanto que a Previdência Social registrou déficit de R\$ 1,6 bilhão e o Banco Central, déficit de R\$ 27 milhões.

No primeiro semestre do ano, o superávit primário acumulado foi de R\$ 34,179 bilhões, equivalente a 4,26% do PIB estimado para o período. De janeiro a junho de 2003, o superávit primário acumulado do governo central foi de R\$ 29,3 bilhões — 4,05% do PIB.

O resultado do Tesouro Nacional cresceu 0,36 ponto percentual

do PIB no primeiro semestre deste ano, compensando o aumento do déficit do regime geral de previdência social (RGPS) de 0,14 ponto percentual. O RGPS apresentou déficit de R\$ 11,8 bilhões de janeiro a junho, contra R\$ 9,6 bilhões no mesmo período de 2003 — um aumento de 22,8%.

Em junho, a dívida líquida do Tesouro Nacional em poder do público totalizou R\$ 392,3 bilhões, igual a 24,6% do PIB acumulado em doze meses. Em relação a maio, o aumento foi de R\$ 1,4 bilhão. Excluindo-se os títulos cambiais, o custo médio da dívida pública mobiliária federal interna passou de 17,3% ao ano em maio para 17,43% em junho. O acréscimo foi influenciado pela variação do IGP-M.